

Desejo e desobediência: Horizontes populares feministas de luta na América Latina

DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.197968>

Eugenia Brage

Centro de Estudos da Metrópole (Cepid, FAPESP), Universidade de São Paulo e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento / São Paulo, SP, Brasil
eugebrage@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0297-105X>

Gabriela Moncau

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil
gamoncau@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6984-5285>

GAGO, Verónica. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Editora Elefante, 2020, pp. 321.



A América Latina tem sido palco de crises econômicas, sociais e políticas; empobrecimento massivo das populações, fortalecimento de igrejas pentecostais e neopentecostais e também de movimentos e governos com ideias totalitárias. Por outro lado, vivencia também ondas de revoltas e mobilizações populares de massa - entre as quais, aquelas impulsionadas pelos movimentos feministas que, visibilizando a imbricação de violências interseccionais, vem construindo diferentes experiências de como enfrentá-las.

No livro *A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo*, a socióloga Verónica Gago nos conduz por um caminho de compreensão das principais características dos movimentos feministas recentes na Argentina, mas não só. Em diálogo com os feminismos latino-americanos e do sul global, o livro – traduzido ao português pela Editora Elefante – analisa as novidades do atual momento político em todo o sul do continente americano, tendo como eixos as críticas ao neoliberalismo, ao capitalismo extrativista, ao colonialismo e ao patriarcado. Nele, Gago sintetiza algumas ideias que vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória de militância, ensino e pesquisa, em diálogo com Silvia Rivera Cusicanqui, Raquel Gutiérrez Aguilar, Rita Segato, Suely Rolnik e Silvia Federici, entre outras.

São muitas as questões que se abrem no texto, mas uma é central: a estreita relação entre o âmbito doméstico e comunitário com o mundo do trabalho. A autora se debruça sobre as formas de extração de valor no contexto do recrudescimento do neoliberalismo na nossa região a partir de um olhar crítico, militante e teoricamente denso. Ela bebe dos feminismos dos anos 1970 que encabeçaram as discussões sobre a reprodução social e realiza, com muita destreza, um trabalho de conectá-las com o contexto atual na Argentina. Gago mostra como nestes últimos anos se reatualizam

frases como: “Se o nosso trabalho não vale, produzam sem nós” ou “Se nós paramos, paramos o mundo” (:31).

Com a lente da greve, que a autora propõe utilizar num sentido tanto analítico quanto prático, constrói uma leitura das reconfigurações do capitalismo contemporâneo e de seus modos específicos de extração de valor. Não à toa a ideia da greve, como processo político aberto, atravessa os oito capítulos do livro, mostrando a sequência de lutas que inauguraram uma “paisagem capaz de sustentar novos territórios existenciais” (:12).

Gago descreve e analisa, desde dentro, as panelas populares [*ollas populares*]: os piquetes e as assembleias como elementos fundamentais das dinâmicas que deram, nos últimos anos, as características de radicalidade e massividade aos movimentos feministas. As assembleias, referidas como “a cozinha da greve”, são entendidas como um dispositivo situado de “inteligência coletiva” que, como uma antessala onde se elaboram as perdas e o luto individual e coletivo, desenvolvem também uma ação e uma linguagem política que desconstrói o confinamento das mulheres ao lugar de vítimas.

Há um completo envolvimento da autora com os acontecimentos que narra, a partir da própria dinâmica organizativa, fazendo eco de um desejo coletivo radical: transformar tudo. O pensamento situado, metodologia adotada pela autora, inscreve-se em uma tradição de “pesquisa militante”, cujo motivo e propósito não separam teoria, prática e política. Muito pelo contrário, nessa metodologia, as panelas se cozinham no calor das lutas, desenhando, por sua vez, alianças políticas e horizontes populares. Ao contrário do ímpeto de se chegar a um território com uma teoria pronta na qual encaixar as descrições dos acontecimentos, o livro se constitui por conceitos que vêm do território, entendido como lugar de produção da vida social e política, espaço de luta e resistência. Neste sentido, há implícita uma crítica aos métodos de produção de conhecimento da ciência moderna e uma ruptura com o colonialismo acadêmico, algo já presente em suas obras anteriores (Gago, 2014). A pensadora desenvolve suas reflexões sobre as produções locais e se resiste em pensar nos nossos territórios a partir de um olhar masculino, branco e do norte global.

Esse pensar situado que a autora propõe nos permite traçar uma articulação com dilemas teóricos, metodológicos e epistemológicos presentes na antropologia contemporânea. Quais as relações que construímos no campo? Como nos posicionamos em relação às nossas marcas de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras? As evidenciamos ou apenas nos referimos às de nossos interlocutorxs? Que lugar outorgamos aos saberes das pessoas com as quais nos relacionamos no campo? Quais são os nossos referenciais teóricos e epistemológicos? O livro nos interpela quanto à reflexividade das nossas práticas e formas de produção de conhecimento desde o Sul, um tema caro à antropologia.

GENEALOGIA PIQUETERA¹

A primeira greve² nacional de mulheres na Argentina aconteceu no chuvoso 19 outubro de 2016, em reação ao brutal feminicídio de Lucía Pérez, uma jovem de 16 anos, em Mar del Plata. A partir do 8 de março de 2017, a greve se tornou internacional e aconteceu em 55 países, ganhando mais força nos anos que se seguiram.

A autora inscreve a experiência que analisa numa perspectiva histórica que articula as lutas recentes na Argentina com acontecimentos anteriores que habilitaram a greve: Os Encuentros Nacionales de Mujeres³; a campanha pela legalização do aborto, surgida em 2005, que instaurou o pano verde [pañuelo verde] e a maré verde [marea verde] como símbolos; a luta histórica encabeçada pelas Mães e Avós da Plaza de Mayo; os movimentos LGBTQIA+, os movimentos de desempregadxs, entre outros. Na sua percepção, são essas alianças que constituem o tecido político que deu lugar a um feminismo de massas. “Alianças insólitas”, nas palavras das companheiras de Mujeres creando (:51), capazes de construir transversalidade política num “horizonte popular-comunitário” (:247) que transborda as fronteiras, os estados nacionais e que une realidades heterogêneas. Isso nos lembra da importância do “essencialismo estratégico” para forjar alianças em torno de lutas concretas (Spivak, 2010).

Mas quais são, exatamente, as conexões entre a experiência piquetera –o movimento de desempregadxs que parou a Argentina em meio à crise de 2001 – e os atuais movimentos feministas que, entre tantas coisas, conquistaram em 2020 a legalização do aborto? Para Gago, o segundo não existiria sem o primeiro.

Em 2001, em reação à pobreza, ao desemprego massivo e à inoperância dos governantes, o movimento dxs piqueterxs implicou o redimensionamento do que se entende por trabalho digno. Se há duas décadas essa experiência deslocou o tradicional piquete de porta de fábrica para ocupações em estradas que bloquearam a circulação de mercadorias, as recentes mobilizações feministas também ampliam o que se entende por greve.

A desobediência é destacada como um ponto chave da ideia de greve. Por um lado, ressignifica a noção tradicional de greve sindical, fabril e associada a um patrão; transborda para as ruas, os lares e as comunidades e alcança uma transversalidade entre corpos, territórios e conflitos diferentes. Por outro lado, visibiliza violências mutuamente imbricadas: diferença salarial, trabalho doméstico não remunerado, falta de autonomia econômica, sobrecarga do trabalho comunitário, violência sexual, entre outras. Através da greve se rechaça a permanente exploração da energia vital das mulheres, ao mesmo tempo em que se resiste à vitimização sistemática na qual permanentemente são colocadas. Transforma-se, assim, não só o sentido de greve, mas também o próprio sentido de trabalho e de classe. Já não mais se refere à greve tradicional dos operários assalariados, masculinos e sindicalizados, mas a

1 | Movimento de trabalhadorxs desempregadxs que surgiu com a crise de 2001 na Argentina.

2 | A primeira greve de mulheres argentinas aconteceu algumas semanas depois da greve feminista realizada na Polônia pela discriminação do aborto.

3 | Hoje chamado Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Travestis y Trans. Os encontros acontecem desde 1980 todos os anos de forma consecutiva, autônoma e mobilizam milhares de mulheres de todos os cantos do país.

todo aquele trabalho fundamental realizado por fora do salário. Fica evidenciada a heterogeneidade das tarefas não reconhecidas, mas que também produzem valor e a divisão hierárquica que o salário produz entre pessoas empregadas e desempregadas no universo do trabalho.

A discussão reinstala, assim, a centralidade da reprodução como eixo da reflexão sobre qualquer possível transformação social (Federici, 2019), reivindicando, ao mesmo tempo, o conjunto de tarefas historicamente invisibilizadas que constituem “formas coletivas de organização e exercício da vida cotidiana, resistência e construção do social” (Gutiérrez, 2018: 15). A politização da reprodução social transborda os limites divisórios entre público e privado, produtivo e reprodutivo e, neste sentido, o movimento de desempregadxs na virada do século, no argumento de Gago, foi fundamental. Ao quebrar as barreiras do confinamento doméstico, os trabalhos historicamente feminizados foram o que permitiram não só que as pessoas sobrevivessem mesmo sem ter remuneração, por meio da criação de redes de solidariedade, como também que criassem a infraestrutura necessária para as ocupações de ruas e avenidas.

“O que aqueles movimentos inventaram, como formas de autogestão de uma multiplicidade de trabalhos sem padrão, se sustentou durante a chamada ‘recuperação econômica’ da década seguinte de modo a estabilizar e sistematizar uma nova paisagem proletária” (:154). É essa trama que Gago nomeia “economias populares”, fazendo uma análise crítica dos chamados governos progressistas na América Latina, que implementaram uma inclusão pelo consumo e a substituição do salário por subsídios estatais como uma das principais formas para a população pobre acessar renda.

A socióloga destaca como a gestão desses recursos fundamentais à sobrevivência é protagonizada por mulheres: “Trabajadoras somos todas”, explicitam as feministas durante a greve, destacando, na visão de Gago, uma afinidade histórica entre a economia feminista e as economias populares. Se a primeira é aquela que permite entender a forma com que as mulheres e corpos feminizados são explorados na sociedade capitalista através das atividades de reprodução, a segunda transborda as fronteiras ilusórias entre público-privado uma vez que “a tarefa de organizar a vida cotidiana já está inscrita como dimensão produtiva” (:157).

Perspectiva essa que se vê reforçada em tempos de pandemia, em que explodem o número de desempregadxs, de trabalhadorxs informais e de pessoas que têm em subsídios estatais — como foi o auxílio emergencial no Brasil e o ingresso familiar de emergência na Argentina — uma das principais maneiras de garantir comida na mesa. Assim como aconteceu no momento de recessão econômica que originou o movimento piquetero e, no período que se seguiu, as economias populares, o momento atual também remete a uma série de estratégias para garantir a sustentabilidade da vida que vêm sendo protagonizadas por mulheres e corpos fe-

minizados: trabalhos de organização comunitária, recolhimento e distribuição de doações e cestas básicas, cozinhas populares, bem como o cuidado com as pessoas doentes adultxs dependentes e as crianças que tiveram a vida escolar interrompida.

O transbordamento do trabalho reprodutivo nas economias populares é, portanto, resultado de uma série de fatores relacionados às lutas sociais e também da maneira como o sistema capitalista — operado por governos, empresas e mercado financeiro — conseguiu se adaptar a essas bruscas mudanças na organização social. É resultado, por exemplo, do fenômeno que, a partir da recessão econômica, desestruturou o chamado “patriarcado do salário”, ou seja, o lugar de provedor masculino que impunha uma relação de poder dentro da estrutura familiar a partir do salário. É resultado também da politização da crise, feita por meio das dinâmicas organizativas comunitárias e populares.

VIOLÊNCIAS CONECTADAS

A leitura da violência ancorada em uma ideia de guerra permanente – e renovada – contra as mulheres é entendida numa trama colonial que arrasou e arrasa com os territórios e o poder político das mulheres através dos estados republicanos permanentemente coloniais (Segato, 2014). Se, como aponta Federici, a percepção de que a guerra às mulheres e suas formas de saber-poder foi a condição que possibilitou o início do capitalismo (:75), as violências imbricadas de hoje não são outra coisa que a continuidade de uma trama colonial na qual, em termos de Maria Mies, o corpo das mulheres é a terceira colônia. De igual maneira, se invisibilizam e desvalorizam as tarefas de cuidado e reprodutivas, a natureza como fonte abastecedora de recursos também sofre dos mesmos processos. Assim, a conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem (:107). Esta guerra expressa-se hoje por meio da violência nos lares como consequência da perda do papel provedor dos homens em contextos de crise; a proliferação de novas violências nos bairros populares; a expropriação de terras e recursos naturais nas mãos das multinacionais e a dívida como nova forma de expropriação de valor.

A greve feminista, aponta Gago, é uma forma de contrapoder diante de uma ofensiva feminicida que sintetiza esse cruzamento de violências. As masculinidades desvalorizadas — seja pelo questionamento que os feminismos lhe fazem, seja pelo esvaziamento da autoridade assalariada — em uma busca desesperada de reestruturação, encontram nas economias ilegais, no recrutamento das forças de segurança e nas igrejas um caminho para se restabelecerem.

Impossível ler isso diretamente do Brasil sob o regime de Bolsonaro e não ver na análise política de Gago a descrição de processos recentes que, calcados em uma masculinidade bélica, deram força política, social e econômica a setores ligados às

polícias, milícias e igrejas evangélicas. Essas economias ilegais e paralegais, argumenta a socióloga, proveem recursos e pertencimento “como modo de afirmação de uma autoridade masculina que deve se ratificar no controle do território diariamente. Isso supõe franquear os limites de violência que estruturam o dia a dia” (:86).

Assim, a pesquisadora destaca três dinâmicas por meio da qual essa guerra se materializa cotidianamente. A primeira delas é a relação entre corpos feminizados e dissidentes com territórios comuns: ambos entendidos como superfícies de colonização, conquista e domínio. A segunda é a criminalização de movimentos sociais, com destaque para as mobilizações rebeldes protagonizadas por mulheres e corpos feminizados. E, finalmente, a terceira é a construção da autoridade masculina e eclesiástica como chave para o chamado à ordem de acumulação capitalista. Acumulação esta que, segundo Verónica Gago, tem como elemento novo o que ela chama de extrativismo ampliado. Entendendo extrativismo como “a dinâmica que organiza uma modalidade de exploração financeira que não tem o salário como mediação privilegiada da exploração da força de trabalho”, a autora amplia a ideia que o relaciona unicamente com a invasão de territórios e extração de recursos naturais. Os contextos imobiliários urbanos, os territórios virtuais de mineração de dados e algoritmos são exemplos dados por ela, mas seu olhar é voltado, principalmente, para as economias populares, cuja vitalidade é extraída por meio do endividamento.

O capitalismo financeiro – ou as finanças, como foi traduzido no livro – se apresenta, assim, com um caráter produtivo e extrativo ao mesmo tempo. Tendo a população feminina e feminizada como público privilegiado, as finanças são capazes de entrelaçar inclusão social, consumo e endividamento. A dívida, um dispositivo fundamental de extração de valor no capitalismo contemporâneo explora, como mostra Gago, uma disponibilidade ao trabalho no futuro. São esses elementos que fundamentam o argumento da autora de que a reorganização atual do sistema capitalista baseado nas desigualdades de gênero, raça, classe, geografia, etc., se dá, também, por meio do que ela denomina um “patriarcado colonial das finanças”. Em sua visão, a autoridade masculina busca se repor “por uma articulação financeira que extrai valor da indistinção — que as lutas conseguiram estabelecer — entre o produtivo e o reprodutivo” (:173).

POTÊNCIA

O extravasamento, portanto, do que costuma se entender como violência de gênero se manifesta por vinculá-la às variadas formas de violências que inclusive a tornam possível. A autora faz, assim, uma conexão inseparável entre a agressão que um homem faz contra uma mulher entre as quatro paredes de uma casa, a violência policial que despeja uma ocupação, o eterno endividamento para garantir a subsistência e uma mineradora que avança sobre um território indígena.

Diante do incremento das violências, entendidas como imbricadas, a autora reverbera questionamentos feitos pelos movimentos feministas ao redor do mundo. “O que significa produzir formas de autodefesa feminista?”; “O que significaria se o movimento feminista pudesse produzir suas próprias máquinas de justiça?” (:74).

O livro traz uma série de contribuições, tanto no que diz respeito à teoria e prática feministas quanto às discussões de natureza teórica e metodológica. Uma delas, sem dúvida, é o contexto, o enquadramento e a interpretação—desde dentro—de lutas feministas que emanam do Sul, pelo entrelaçamento coletivo que se gesta nas ruas e nos territórios. Fornece, ao mesmo tempo, ferramentas teóricas e analíticas para pensar questões em escala micro subjetiva, mundos cotidianos nos quais as vidas são mantidas, sustentadas, e em que projetos de vida e lutas são gestados e, neste sentido, representa uma contribuição para a antropologia.

Embora a análise esteja ancorada na Argentina—estendendo-se a dialogar com outros eventos da região nos quais ressoa—, a autora expõe e entrelaça conceitos e categorias a situações concretas. Assim, algumas das questões que elabora ao analisar a conjuntura argentina servem para pensar o desdobramento das práticas concretas em territórios domésticos, indígenas-comunitários e precarizados em contextos particulares. A potência feminista, para Gago, significa reivindicar a indeterminação do que se pode fazer em coletivo. “Entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer”, descreve (:10). E o desejo? É a força que impulsiona o possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERICI, Silvia. 2019. “Teorizando e politizando o trabalho doméstico”.

In: *O ponto zero da revolução*. São Paulo, Editora Elefante.

GAGO, Verónica. 2014. *La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular* Buenos Aires, Tinta Limón.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel (Coord.). 2018 *Comunalidad, tramas comunitarias y producción*

de lo común. Debates contemporáneos desde América Latina/Oaxaca. México, Colectivo Editorial Pez en el Árbol, Editorial Casa de las Preguntas.

SEGATO, Rita Laura. 2014. *La Crítica de la Colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires, Prometeo.

SPIVAK, Gayatri. 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG.

